



-----ACTA NÚMERO SETE/DOIS MIL E ONZE -----

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO-----

----- MARCO DE CANAVESES DE 14 DE ABRIL DE 2011 -----

----- Aos catorze dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, nos Paços do Concelho, presidida pelo Senhor Dr. Manuel Maria Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses e com a presença dos Senhores Vereadores: Eng. José António Carvalho Soares da Mota, Dra. Gorete Manuela Bouça da Costa Monteiro Oliveira, Dra. Carla Manuela de Abreu Massa Babo Ribeiro, Avelino Ferreira Torres, Eng.º Bruno Filipe Teixeira Magalhães e Dr. Artur Elísio de Braga de Melo e Castro, comigo Manuel Augusto da Silva Rocha, como secretário da presente reunião e Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, reuniu ordinariamente, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses. Quando eram quinze horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente deu início à reunião, começando por dar conhecimento do roteiro ecológico que percorreu parte do Concelho. -----

----- Informou de seguida sobre o campeonato de natação que decorreu nas Piscinas Municipais do Marco de Canaveses e as comemorações do Dia Mundial do Teatro, que no âmbito do Ciclo de Teatro do Marco de Canaveses, possibilitou a exibição de uma peça de teatro no dia 26 de Março de 2011, no Centro Paroquial de Vila Boa de Quires.-----

----- Informou igualmente, que no passado dia 27 de Março, realizou-se mais um passeio de BTT – Trilhos do Marco. -----

----- Mais informou da assinatura do auto de consignação da construção da nova Escola Secundária do Marco de Canaveses, que vai ser implantada no

----- Deu conhecimento de um estudo sobre o estado das Águas do Rio Tâmega/Albufeira do Torrão que foi efectuado por técnicos da autarquia. Os resultados são preocupantes, desde logo, pelo facto de ali se encontrar a captação de água que abastece o concelho e pelas próprias actividades de recreio que se desenvolvem em torno do rio Tâmega. Informou que o dossier foi enviado para várias entidades com responsabilidade nacional. Deste estudo resultou uma reunião já realizada na CCDRN com esta entidade, ARHNorte e com a participação dos Presidentes das Câmaras Municipais do Marco de Canaveses, Penafiel e Amarante e do representante do Governo Civil do Porto onde ficou estabelecido que num período de mês e meio se iria elaborar uma proposta de acção, com o objectivo de inflectir esta situação. ----- Informou ainda sobre as comemorações da fundação do Concelho do Marco de Canaveses, que este ano incluiu uma exposição comemorativa dos 100 anos do Edifício dos Paços do Concelho. ----- Deu conhecimento sobre a reunião realizada no Governo Civil do Porto, onde foram abordados questões relacionadas com os incêndios florestais, assim como dadas a conhecer algumas das medidas e meios de combate para o período de Verão que se aproxima. As medidas incidiram sobretudo nos meios que serão disponibilizados para o Distrito. ----- Informou sobre a realização de mais uma prova de corta matos escolar, destinada aos alunos das escolas do concelho do Marco de Canaveses. ----- Deu conhecimento da inauguração do Centro Escolar de Sande, que se realizou no passado dia 3 de Abril. Um equipamento de grande qualidade. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 7
REALIZADA EM 14/04/2011

Fis

35



----- Informou sobre a presença nas semanas culturais realizadas pelas escolas EB 2,3 de Toutosa e EB 2,3 do Marco de Canaveses. -----

----- Deu conhecimento da realização de um Workshop sobre fotografia no Espaço Municipal da Juventude do Marco de Canaveses -----

----- Informou sobre a inauguração da nova sede da Junta de Freguesia de Favões e de um espaço da Juventude, obra que mereceu um grande investimento da Câmara Municipal, que permitiu recuperar o edifício de uma antiga escola primária. Na mesma cerimónia foram também apresentados os Símbolos Heráldicos da Freguesia. -----

----- Deu conhecimento da realização de mais umas férias desportivas da Páscoa, que decorrem entre os dias 11 e 15 de Abril e destinadas a jovens que previamente se inscreveram para participar nas diversas actividades que o programa de férias desportivas promovidas pela Câmara Municipal, propõe aos participantes. -----

----- Informou sobre a realização de uma conferência sobre Políticas de Juventude que irá decorrer dia 15 de Abril com a participação de Deputados à Assembleia da República. -----

----- Deu conhecimento da presença de 350 bombeiros no concelho do Marco de Canaveses, que estão a receber formação. As acções decorrem na zona do Parque Florestal de Montedeiras e instalações da Escola dos Barreiros. -----

----- Mais informou, da realização de um concerto da Banda de Vila Boa de Quires, para assinalar o Dia Internacional de Monumentos e Sítios, no Museu da Pedra em Alpendorada e Matos. -----

----- Deu conhecimento sobre as comemorações do 25 de Abril com uma

cerimónia que incluirá o hastear das bandeiras e uma sessão solene e a realização de mais uma Assembleia Municipal de Jovens, que decorrerá no dia 27 de Abril.

Informou também sobre o conhecimento que teve, através da comunicação social, da morte de 6 cães na zona da Feira do Marco de Canaveses, lamentando o sucedido e deu conhecimento que a Câmara Municipal continua esperangada na construção de um canil intermunicipal para a resolução deste problema, através de proposta que já apresentamos à CIM – Tâmega e Sousa.

O Senhor Presidente deu, de seguida a palavra aos Senhores Vereadores que desejassem intervir.

O Vereador Dr. Artur Melo solicitou a palavra para questionar o Senhor Presidente se vai tomar alguma posição sobre o que foi dito sobre o licenciamento das bombas de gasolina pelo Vereador Aveilino Ferreira Torres. Questionou sobre a possibilidade de ouvir o Senhor Arquitecto Serafim Santos, sobre o facto de ter feito ou não o parecer.

O Senhor Presidente respondeu ao Vereador que, tal como já tinha referido na reunião pública anterior, chamou o senhor Arquitecto Serafim Santos ao seu Gabinete e que este lhe referiu que em bom rigor não podia afirmar que tivesse feito o parecer pois não tinha a certeza. Informou ainda que depois da última reunião pública voltou a falar com o Senhor Arquitecto Serafim e que este lhe disse que já tinha falado com o Vereador Aveilino Ferreira Torres sobre o assunto.

Explicou ainda o Senhor Presidente que todos os processos são registados





numa ficha própria e individual e que tem na sua posse a ficha a que se refere o processo onde estão contidas todas as fases do processo.-----

----- Face à persistência de dúvidas, o Senhor Presidente optou por chamar à reunião o Senhor Arqtº Serafim Santos.-----

----- O Senhor Presidente confrontou o Senhor Arqtº Serafim Santos com as declarações produzidos pelo Vereador Avelino Ferreira Torres, nomeadamente sobre a existência de um parecer prévio negativo, emitido por este.-----

----- O Senhor Arquitecto afirmou que tinha dito que tinha ideia que tinha feito a informação e que não garantia a 100% pela falta do documento.-----

----- O Senhor Presidente explicou e lembrou ao Sr. Arquitecto, que sobre o assunto falaram em que o Senhor Arquitecto afirmou que não podia em bom rigor confirmar a existência do documento e que este, a existir poda estar num computador que entretanto avariou e do qual não foi possível recuperar os respectivos documentos.-----

----- O Senhor Arqt.º Serafim Santos confirmou as conversas mantidas com o Senhor Presidente e as dúvidas sobre a existência do referido parecer, assim como os problemas verificados com o computador.-----

----- O Senhor Arqtº Serafim Santos entretanto referiu que agora já tinha na sua posse o referido documento, tendo ido buscá-lo de imediato ao seu Gabinete a solicitação do Senhor Presidente dando este conhecimento à Câmara do seu teor.-----

----- O Senhor Presidente informou entretanto que continuava sem compreender, como é possível que o processo tenha tido um parecer prévio favorável no próprio dia da entrada do processo, em Março de 2005, e no dia



seguinte foi deferido favoravelmente pelo então Presidente da Câmara Avelino Ferreira Torres. E, que passados dois anos, no ano de 2007, o mesmo tenha recebido uma informação diferente, com a curiosidade de em 2005 o parecer favorável tenha sido assinado pelo Senhor Engenheiro Filipe e em 2007 aquela informação tenha sido emitida pelo Arquitecto Serafim Santos como só hoje o podemos aqui confirmar.

O Senhor Vice-Presidente solicitou a palavra para informar que em seu entender em lado algum do citado documento se refere que o mesmo é um parecer prévio, quando se trata na realidade de uma informação.

O Senhor Presidente informou que fez tudo que estava na sua competência para a resolução deste caso, o que está sustentado em documentos emitidos pelos respectivos responsáveis dos serviços.

O Vereador Avelino Ferreira Torres colocou ainda a questão sobre a construção de um ramal de luz pública para abastecer a Quinta das Quebradas, que se situa na confluência da Quinta da Teixogueira. Propôs que fosse verificado quem são os proprietários da Quinta das Quebradas.

O Senhor Vice-presidente informou que a existência de um ramal resulta de um antigo caminho de acesso a uma pedreira que entretanto foi vendida.

Neste momento e quando eram 17 horas o Senhor Vereador Ferreira Torres do MCF, abandonou a reunião justificando com o facto de ter que se deslocar a uma consulta médica.

Como mais nenhum Vereador solicitou a palavra, o Senhor Presidente propôs que se passasse à discussão e votação ordem dos trabalhos:

ORDEN DE TRABALHOS



1. Aprovação das actas das reuniões dos dias 10 e 23 de Março de 2011.

Presente a acta da reunião do dia 10 de Março de 2011, a qual, depois de lida, foi aprovada por **unanimidade**.-----

Presente a acta da reunião do dia 23 de Março de 2011, a qual, depois de lida, foi aprovada por **unanimidade**.-----

2. Balancete de Tesouraria de 13/Abril/2011. Foi apreciado o balancete de tesouraria de treze de Abril de dois mil e onze, onde se constatou que havia um saldo de 738.375,00 € (setecentos e trinta e oito mil e trezentos e setenta e cinco euros) de Operações Orçamentais e 902.766,98 € (novecentos e dois mil setecentos e sessenta e seis euros e noventa e oito cêntimos) de Operações Não Orçamentais.-----

Tomado Conhecimento.-----

3. Apoio às Escolas inscritas no Programa Eco-Escolas, com atribuição de um subsídio anual no valor de 200€ (Duzentos euros). Presente proposta do Senhor Vice-Presidente, Engº José Mota.-----

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

4. Concurso Público Internacional – Prestação de Serviços para Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos a destino final, Limpeza e Varredura Urbana – Presente Relatório de Avaliação de Propostas do respectivo júri de concurso.-----

O Senhor Vice-presidente começou por informar que o antigo Vice-presidente, Dr. Bento Marinho, pediu escusa de membro do júri do concurso, sendo substituído por si. De seguida, explicou os trâmites do processo, e o que decorreu da decisão judicial proferida neste processo e que levou à elaboração



do presente Relatório de Avaliação de Propostas.-----

Deliberado por maioria, com os votos contra dos Vereadores Engº Bruno Magalhães do PS, que apresentou declaração de voto (doc.1 em anexo), aprovar o relatório de avaliação de propostas apresentado.-----

5. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal

do Marco de Canaveses e a Associação de Budo do Marco para atribuição de um subsídio de 2.500,00 € de apoio à época desportiva 2011.-----

Deliberado por maioria com abstenção do Vereador do MCFT, Engº Bruno Magalhães, aprovar o Contrato – Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do

mesmo.-----

6. Atribuição dos seguintes subsídios:-----

- Associação para o Desenvolvimento Cultural do Douro - ARADUM, para o desenvolvimento das suas actividades, durante o ano 2011 - € 1.200 (mil e duzentos euros);-----

- Associação dos Combatentes da Guerra do Ultramar de Marco de Canaveses, para o desenvolvimento das suas actividades, durante o ano 2011 - € 400 (quatrocentos euros);-----

- Rancho Folclórico Santa Eulália de Constance, para o desenvolvimento das suas actividades, durante o ano 2011 - € 400 (quatrocentos euros);-----

Presente proposta de atribuição de subsídios por parte do Senhor Presidente.-----
Deliberado por maioria com abstenção do Vereador do MCFT, Engº Bruno Magalhães, atribuir os subsídios propostos.-----



7. Atribuição dos seguintes subsídios: -----

- Junta de Freguesia de São Nicolau, para compartilhar as despesas com a realização do Mercado Medieval na zona histórica de São Nicolau, que decorrerá nos dias 20, 21 e 22 de Maio - € 2.000 (dois mil euros);-----

- Junta de Freguesia de Freixo, para compartilhar as despesas com a realização do Mercado Romano no Fórum da Cidade de Tongobriga, nos dias 10, 11 e 12 de Junho - € 1.500 (mil e quinhentos euros). Presente proposta de atribuição de subsídios por parte do Senhor Presidente.-----

Deliberado por maioria com abstenção do Vereador do MCFT, Engº Bruno Magalhães, atribuir os subsídios propostos.-----

8. Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2010.-----

- O Senhor Presidente deu a palavra à Sra Vereadora, Dra Carla Babo, que apresentou o documento, explicando de forma resumida, que o Relatório de Gestão disponibiliza os elementos relativos à actividade financeira e patrimonial da autarquia, evidenciando os aspectos mais importantes, com particular ênfase na análise da execução orçamental das receitas e despesas, relevando os aspectos da execução das Grandes Opções do Plano, especificamente no que concerne ao investimento e actividades mais relevantes realizadas; o endividamento da autarquia, identificando os resultados operados no exercício, bem como a apresentação da proposta de aplicação do resultado líquido.-----

Quer o Orçamento, quer o Plano Plurianual de Investimentos, aquando da sua elaboração procuram aproximar-se, o mais possível, do real desempenho do Município. Na análise da execução orçamental, verifica-se que o Orçamento de 2010 apresentou um valor de 27milhões e770 mil euros para a dotação inicial

presta e 28 milhões e 773 mil euros para a dotação final. -----
O valor total da **receita** arrecadada cifrou-se no montante de cerca de 22,9 milhões de euros, sendo inferior ao orgamento em 5,9 milhões de euros, apresentando um desvio de cerca de 20,3%. A despesa paga totalizou cerca de 22,3 milhões de euros, ficando abaixo do orgamento para 2010 em 6.488 mil euros, fruto das medidas de contenção de despesa implementadas pelo executivo. -----
O princípio do equilíbrio orgamental, consagrado no POCAL, estabelece que o orgamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes – superior em 747 mil euros. As despesas correntes não foram totalmente financiadas pelas receitas correntes, fruto da quebra de receita corrente, devido ao corte nas transferências da Administração Central e à penhora do montante de € 1.192.122 do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, determinado pelo Tribunal Judicial de Marco de Canaveses – 1.º Juízo à ordem daquele tribunal, em que foi exequente a empresa Efimóveis, S.A e executada a Câmara Municipal de Marco de Canaveses – considerando penhora superado em 445 mil euros. Assim, a execução do orgamento do município do Marco cumpre este princípio orgamental. -----

Analisando a receita arrecadada podemos constatar que no contexto de crise económica e social que se vive em Portugal, associado à **drástica perda da capacidade produtiva** sobretudo no sector industrial e na construção levou mais uma ano à **diminuição da arrecadação de receita**, e associado ao **corte**



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 7
REALIZADA EM 14/04/2011

FIS 39



das transferências do Estado afectou e afectará de um modo transversal toda a actividade do Município, como será explicado. -----

De destacar que as Transferências (Correntes e de Capital) tem a sua origem em verbas transferidas directamente do Orçamento de Estado para o Município (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS) e em verbas originárias de comparticipações, dotações e subsídios provenientes quer do Orçamento de Estado quer do Orçamento da União Europeia (Fundos Comunitários), - o que evidencia a dependência da Autarquia das verbas provenientes da participação nos impostos do Estado. Contribui para este montante a transferência de verbas provenientes dos Serviços e Fundos Autónomos, que resulta principalmente do reforço de competências e atribuições ao nível do ensino no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular e o recebimento de verbas referentes aos protocolos com a D.R.E.N - Direcção Regional de Educação Norte.-----

A rubrica **Rendimentos de Propriedade** apresenta o valor de 1.411 mil euros que corresponde maioritariamente à receita arrecadada proveniente das rendas referentes à E.D.P, no âmbito do contrato de concessão de energia eléctrica. Os montantes apresentados em 2010 tiveram uma ligeira diminuição de (-2%), que reflectiu basicamente o período de desfasamento de arrecadação das rendas por parte da Autarquia Local.-----

As receitas tributárias tiveram uma diminuição de (-23%) face a 2009, que importa desagregar pelas principais rubricas económicas: Relativamente aos **Impostos Directos** verificou-se uma acentuada diminuição da arrecadação de receitas principalmente devido à penhora do montante de € 1.192.122 do

Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis. No que diz respeito ao Imposto da Derrama verificou-se um decréscimo, isto é, uma quebra de (-22%) e que evidência um acentuado abrandamento da actividade empresarial do concelho reflexo da conjuntura nacional e crise internacional. O Imposto Único de Circulação manteve sensivelmente os mesmos valores arrecadados comparativamente com o ano anterior. As maiores perdas de receita centraram-se no Imposto Municipal sobre Imóveis com (-968 mil euros) e no Imposto da Derrama com uma diminuição no montante de (-105 mil euros), totalizando uma redução de cerca de 1.073 mil euros de receitas provenientes destes impostos directos.-----

Os **Impostos Indirectos** tiveram uma diminuição de (-15%) que se explica essencialmente pelo abrandamento da actividade no sector da Construção Civil na actual conjuntura económica que recaem sobre as unidades empresariais. ----

Na rubrica **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, a capacidade da Autarquia gerar receitas no exercício da sua autoridade administrativa, sofreu uma ligeira diminuição de receita total em 18 mil euros, i.e., (-4%), em parte devido à crise financeira cujos reflexos se fizeram sentir na actividade económica ligada ao sector da Construção Civil, e também ao nível dos particulares, afectando a procura interna do concelho. A diminuição da receita verifica-se ao nível dos loteamentos e obras ao nível empresarial tendo-se verificado uma diminuição de (-24%), destacando-se em contra-ciclo um aumento das licenças de obras de particulares com um aumento de +15%. Entretanto, este agregado representa 3% da Receita Corrente e 2% da Receita Total. Este cenário indicia um impacto negativo na capacidade de gerar receita tributária, com uma redução em termos





de valores absolutos de 1.163 mil euros face ao total de receita municipal arrecadado durante o ano de 2009. A crise financeira associada ao abrandamento da actividade dos agentes económicos a curto prazo reduzirá a receita tributária e irá aumentar a dependência da Autarquia dos recursos provenientes dos Impostos e das Transferências do Estado. -----

As **Vendas de Bens e Serviços** tiveram um aumento, cifrando-se em +68,3%. Este acréscimo resulta principalmente da receita proveniente dos Serviços específicos das Autarquias, nomeadamente a arrecadação de receita das tarifas referentes aos Resíduos Sólidos Urbanos do ano em cobrança e de anos anteriores. Neste agregado económico em 2010, a receita dos Resíduos sólidos, sofreu um aumento de +538,4% face ao ano económico de 2009, em termos de valores absolutos atingiu um montante de € 262.582. Este valor é no entanto manifestamente inferior aos custos directa e indirectamente suportados com a prestação dos serviços. Assim, para além dos preços, encontram-se em análise estas taxas à luz da nova legislação, nomeadamente a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, pelo que se pretende a reestruturação da tabela assente na fundamentação económica e financeira, procurando respeitar o Princípio da justa repartição dos encargos públicos consagrada neste diploma.-----

Esta actualização das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos é imprescindível na medida em que já existe uma perda considerável de receita inerente à realização do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Marco de Canaveses e se irá manter para um período de longo prazo (35 anos). A diminuição real na receita é perceptível

uma vez que deixou de existir receita proveniente da gestão de águas e saneamento. Saliente-se que, de acordo com a cláusula 71.ª (Retribuição) do Contrato de Concessão efectuado, o Município recebeu 50% da verba no 2.º semestre de 2005, correspondendo ao montante de 1 milhão e vinte mil euros. Nos anos de 2005 a 2010, não foi recebida a verba restante actualizada do Índice de Prego ao Consumidor, que acabaria por compensar, apenas este ano, a perda de receitas relativas a concessão das águas e saneamento.-----

No que se refere ao capítulo **Venda de Bens de Investimento**, existem valores em 2009 contrariamente a 2010, o que significa que houve uma pequena receita resultante essencialmente da alienação de um prédio urbano a particulares naquele período em análise no montante de 9 mil euros. No ano de 2010, o Município procurou fazer face aos seus compromissos no âmbito do restabelecimento do equilíbrio financeiro sem o recurso a este tipo de receitas extraordinárias.-----

As Transferências de Capital constituíram o maior apoio ao Município em termos de receitas de capital, tendo-se verificado uma estabilização na receita (+0,3%) em 2010 face ao período homólogo. Esta manutenção de valores deveu-se ao aumento de verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro em detrimento dos montantes consignados do novo quadro comunitário no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte do Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN - 2007/2013. Saliente-se que os valores das participações comunitárias por arrecadar reflectem-se na execução dos investimentos do Município, dadas as suas limitações financeiras, tendo-se verificado um decréscimo de (-9%), em 2010 face ao ano de 2009. A receita arrecadada



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 7
REALIZADA EM 14/04/2011

FIS
41



proveniente do FEDER ascendeu apenas a 459 mil euros.-----

No que concerne os **Activos Financeiros**, verificou-se a alienação de participações financeiras detidas pelo Município no capital social da empresa REBAT – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Baixo Tâmega, S.A no âmbito da constituição da nova sociedade RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. -----

Passando à análise global da despesa, esta atingiu o montante de 22.285 mil euros, tendo-se verificado uma diminuição de 8%, relativamente aos gastos totais efectuados no ano transacto ou seja, - 1.879 mil euros. -----

Na análise global da despesa, verificamos que esta atingiu o montante de 22.285 mil euros, tendo-se verificado uma diminuição de 8%, ou seja, - 1.879 mil euros, relativamente aos gastos totais efectuados no ano transacto. Denote-se que 80% da despesa realizada corresponde aos encargos de despesas com pessoal, aquisições de bens e serviços para assegurar, quer os gastos fixos de funcionamento da autarquia, quer as suas competências e atribuições, e para suportar os encargos bancários com amortização do empréstimo dos 45 milhões de euros. Os restantes 20% é a margem que o Município tem para realizar investimento e efectuar transferências quer para Juntas de Freguesia, quer para outras entidades parceiras.-----

Face às medidas governamentais impostas em 2010 - reduções nas transferências de verbas para o Município, associada à redução de receitas próprias, à penhora efectuada no início do ano, e o não ressarcimento das participações de obras co-financiadas, implicaram a adopção de medidas de austeridade municipal., como veremos seguidamente na análise detalhada das

rubricas de despesa. A rubrica de **Despesa com o Pessoal** como é inevitável passou para primeiro lugar do agregado com maior peso representando 33% da despesa total paga. Esta rubrica sofreu um aumento de cerca de 4%, tendo ascendido ao montante de 7.411 mil euros enquanto que, no ano de 2009, este valor totalizou 7.151 mil euros, verificando-se um aumento em termos absolutos de 260 mil euros, que foi explicado detalhadamente. -----

Importa referir que as medidas de contenção não impediram que simultaneamente fossem asseguradas as condições mínimas para a realização de outras prestações de serviços inseridas nas actividades desenvolvidas pelo Executivo no corrente ano. Por outro lado, a centralização da função compras, com implementação da gestão de stocks em 2010, a plataforma das compras electrónicas, a optimização e rentabilização dos recursos, através das sinergias desenvolvidas pelas direcções municipais, continuam a ser os instrumentos fundamentais à prossecução da contenção das despesas. -----

Na continuação deste propósito a maior parte das rubricas de aquisição de bens decresce face ao ano anterior num total em termos absolutos de 262 mil euros, o que permitiu assunção de acordos de pagamento com diversos fornecedores. Por outro lado, a aposta nas obras por administração directa, a manutenção e conservação de bens foram assegurados através de uma redução e optimização dos recursos efectuado quer pelos Serviços Técnicos de Obras, quer pelo sector de Aprovisionamento e Compras, destacando-se a aquisição de materiais com uma despesa efectiva realizada de 299 mil euros na rubrica Outros Bens.-----

Por contrapartida, ao nível da despesa de capital, verificou-se uma menor execução financeira de obras, comparativamente a 2009, no âmbito das



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 7
REALIZADA EM 14/04/2011

FIS

42





candidaturas, uma vez que os projectos municipais avançam de acordo com a reduzida capacidade financeira do Município e também dependem do quadro comunitário no âmbito do QREN. De salientar que a Câmara executou física e financeiramente determinadas obras, tais como beneficiação da rede viária e construção do centro escolar de Sande sem qualquer ressarcimento comunitário em 2010. -----

Importa salientar que a assumpção de compromissos com diversos fornecedores e o aumento do serviço da dívida com a amortização de todos os empréstimos implicaram, atendendo à diminuição de receita municipal anteriormente explanada, a dilatação dos prazos médios de pagamentos para a maioria dos fornecedores mas de forma devidamente controlada, como se pode demonstrar pelo montante do endividamento de curto prazo no final do ano Dívidas a Terceiros e que se cifrou em 3.670 mil euros. -----

Apesar das dificuldades e constrangimentos financeiros, o Município não deixou de apoiar as entidades parceiras através das Transferências correntes, nomeadamente para as Juntas de Freguesias e para as Instituições sem fins lucrativos. -----

No âmbito das suas competências, ao nível da educação, acção social, desporto, património e cultura, o Município atribuiu, ao longo do ano 2010, 2.070 mil euros às Juntas de Freguesia e a entidades e organismos legalmente existentes para a prossecução das suas actividades de natureza social, cultural, desportivo, recreativo ou outro ascendeu a 1.170 mil euros, e são também espelho do forte empenho da Autarquia no apoio às diversas colectividades do concelho.-----

De forma a possibilitar um estudo comparativo, analisaram-se as execuções

comparticipações financeiras, de empreitadas com candidaturas no âmbito do verbas para o Município em 600 mil euros; a ausência de recebimentos de Câmara Municipal de Marco de Canaveses), a redução nas transferências de Canaveses, em que foi exequente a empresa Efmóveis, S.A e executada a euros do IMI e do IMT, determinado pelo Tribunal Judicial de Marco de Receita Total Municipal, (destacando-se a penhora do montante de 1.200 mil dos 100% que teve como causa quatro factores decisivos a saber: a quebra da podemos observar um aumento das dívidas a terceiros de curto prazo na ordem 4.316 mil euros. Apesar deste esforço na redução da dívida global, em 2010 período compreendido entre 2005 a 2010 o total da dívida diminuiu cerca de tendencialmente tem vindo a reduzir o endividamento, sendo certo que no do Município de Marco de Canaveses totaliza **42.516 mil €**. o Município No que concerne ao endividamento, em 31 de Dezembro de 2010, a dívida global mil euros.-----

em 2009, no ano de 2010 a amortização do capital em dívida ascendeu a 2.551 período de carência referente à amortização do capital do empréstimo da CGD podemos constatar na rubrica de Passivos Financeiros – atendendo ao fim do montante dos juros permitiu maior amortização do capital em dívida, como permitiram a descida das taxas de juro. Por contrapartida, a redução do 556 mil euros, fruto da crise internacional ao nível dos mercados financeiros que ordem dos 46% comparativamente a 2009, em termos efectivos na ordem dos que se verifica uma diminuição significativa dos encargos com os juros, na empréstimos de médio e longo prazo do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, pelo efectivas anuais dos últimos cinco anos relativas às amortizações e juros dos três



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESSES

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 7
REALIZADA EM 14/04/2011

FIS
43





QREN e o aumento do serviço da dívida com a amortização de todos os empréstimos. Estes factores anteriormente explanados foram os responsáveis pela dilatação dos prazos médios de pagamentos para a maioria dos fornecedores, mas de forma devidamente controlada.-----

Analizando-se as rubricas do Balanço, podemos observar em termos de evolução que:-----

Embora o Activo não reflecta ainda uma imagem verdadeira do Município nomeadamente no que respeita ao Imobilizado, verificaram-se regularizações materialmente relevantes ao nível do Património (+19%). Outro factor que originou um impacto positivo no encerramento do ano económico foi a inventariação da classe de Existências no montante apurado de 291 mil euros1originado pelo processo de implementação da gestão de stocks.-----

Ao nível dos Fundos Próprios, o Resultado Líquido foi de valor positivo de cerca de 2.734 mil euros, tendo possibilitado a redução dos valores negativos originado pelas Provisões para riscos e encargos inscritos, designadamente para fazer face ao risco ou contingência de cobrança de dívidas reclamadas judicialmente. Assim, contribuiu para reduzir o montante negativo do Total de Fundos Próprios para o montante de (-14.348 mil euros), isto é, (-49%). -----

Deliberado por maioria com os votos contra dos Vereadores, Engº Bruno Magalhães do MCFT e Dr.Artur Melo do PS que apresentou declaração de voto (anexo 2), aprovar os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2010. -----

9. 1ª Revisão da Receita e da Despesa do Orçamento Municipal. Presente informação do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 7
REALIZADA EM 14/04/2011

FIS

44

Deliberado por maioria, com o voto contra do Vereador do MCFT, Engº

Bruno Magalhães e a abstenção do Vereador do PS, Dr. Artur Melo,

aprovar a 1ª Revisão de Receita e da Despesa do Orçamento Municipal.

10. Apreciação de Inventário de bens móveis dos Edifícios Escolares do

Município e respectiva avaliação. Presente informação do Director do

Departamento de Administração Geral e Finanças.

Deliberado por unanimidade aprovar o Inventário apresentado e

respectiva avaliação.

11. Atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia para Limpeza das Vias

Públicas. Presente proposta do Senhor Vice - Presidente.

Deliberado por unanimidade atribuir os subsídios propostos.

-----APROVAÇÃO DE ACTA EM MINUTA-----

E nada mais havendo a tratar, quando eram 19h20m o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 92º da Lei 169/99, na sua redacção actualizada. E eu, Manuel Augusto da Silva Rocha, Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, a subscrevi e assino.

O Presidente da Câmara Municipal

-----Dr. Manuel Moreira-----